

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	11
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	12
Demonstração do Valor Adicionado	13
Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	18
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	38
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	39

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	42
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	44

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe A	0,11135
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe C	0,11135
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Dividendo		Ordinária		0,07894
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe A	0,07894
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe C	0,07894
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,11135

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.380.311	1.347.727
1.01	Ativo Circulante	82.986	33.636
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	59.937	6.023
1.01.03	Contas a Receber	18.199	23.328
1.01.03.01	Clientes	575	549
1.01.03.01.01	Concessionárias	575	549
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	17.624	22.779
1.01.03.02.01	Rendas a receber	17.624	22.779
1.01.04	Estoques	3.708	3.729
1.01.06	Tributos a Recuperar	703	453
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	703	453
1.01.07	Despesas Antecipadas	390	5
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	49	98
1.01.08.03	Outros	49	98
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	0	19
1.01.08.03.02	Outros créditos	49	79
1.02	Ativo Não Circulante	1.297.325	1.314.091
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	947	1.117
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	947	1.117
1.02.01.09.03	Cauções e depósitos vinculados	947	1.117
1.02.03	Imobilizado	1.270.642	1.286.836
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.237.800	1.255.861
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	32.842	30.975
1.02.04	Intangível	25.736	26.138
1.02.04.01	Intangíveis	25.736	26.138
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	12.633	12.957
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	453	508
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	12.650	12.673

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.380.311	1.347.727
2.01	Passivo Circulante	125.249	95.746
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.223	2.286
2.01.01.01	Obrigações Sociais	298	263
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	925	2.023
2.01.02	Fornecedores	1.951	4.850
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.951	4.850
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.479	21.258
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.476	21.181
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	12.516	9.477
2.01.03.01.02	Outros	1.960	11.704
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3	20
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	57
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	20.202	11.849
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	20.202	11.849
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	20.202	11.849
2.01.05	Outras Obrigações	80.574	47.988
2.01.05.02	Outros	80.574	47.988
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	75.521	43.330
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	4.001	3.894
2.01.05.02.05	Encargos regulamentares e setoriais	499	348
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	553	416
2.01.06	Provisões	6.820	7.515
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	23	19
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	23	19
2.01.06.02	Outras Provisões	6.797	7.496
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	6.797	7.496
2.02	Passivo Não Circulante	141.596	142.710
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	76.228	73.624
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	76.228	73.624
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	76.228	73.624
2.02.02	Outras Obrigações	40.253	40.433
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	88	487
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	73	487
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	15	0
2.02.02.02	Outros	40.165	39.946
2.02.02.02.04	Encargos regulamentares e setoriais	519	334
2.02.02.02.05	Uso do bem público	39.646	39.612
2.02.03	Tributos Diferidos	10.026	14.618
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.026	14.618
2.02.04	Provisões	15.089	14.035
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.976	7.086
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.966	1.746
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.060	957
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.950	4.383
2.02.04.02	Outras Provisões	7.113	6.949

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	7.113	6.949
2.03	Patrimônio Líquido	1.113.466	1.109.271
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	258.858	290.607
2.03.04.01	Reserva Legal	26.693	26.693
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	137.596	127.845
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	41.500
2.03.04.10	Reserva de Investimento	94.569	94.569
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	35.676	-268

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	49.064	98.192	63.622	127.212
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.868	-23.131	-11.207	-22.522
3.02.01	Custo com energia elétrica	-454	-821	-343	-687
3.02.02	Custo de operação	-11.414	-22.310	-10.864	-21.835
3.03	Resultado Bruto	37.196	75.061	52.415	104.690
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.149	-8.355	-5.443	-8.626
3.04.01	Despesas com Vendas	11	11	-15	-16
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.597	-8.222	-4.139	-7.729
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-4.473	-7.977	-3.995	-7.437
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-124	-245	-144	-292
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	437	-144	-1.289	-881
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	33.047	66.706	46.972	96.064
3.06	Resultado Financeiro	-5.943	-13.030	-10.088	-14.607
3.06.01	Receitas Financeiras	605	678	279	336
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.548	-13.708	-10.367	-14.943
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	27.104	53.676	36.884	81.457
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.208	-17.732	-14.568	-29.725
3.08.01	Corrente	-11.059	-22.325	-14.614	-29.833
3.08.02	Diferido	1.851	4.593	46	108
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	17.896	35.944	22.316	51.732
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	17.896	35.944	22.316	51.732
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01164	0,02338	0,01451	0,03364
3.99.01.02	PNR	0,00740	0,01485	0,00922	0,02138
3.99.01.03	PNA	0,00047	0,00095	0,00059	0,00136
3.99.01.04	PNB	0,00015	0,00030	0,00019	0,00043
3.99.01.05	PNC	0,00310	0,00623	0,00387	0,00897

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,01164	0,02338	0,01451	0,03364
3.99.02.02	PNR	0,00740	0,01485	0,00922	0,02138
3.99.02.03	PNA	0,00047	0,00095	0,00059	0,00136
3.99.02.04	PNB	0,00015	0,00030	0,00019	0,00043
3.99.02.05	PNC	0,00310	0,00623	0,00387	0,00897

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	17.896	35.944	22.316	51.732
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2	2	2	2
4.02.01	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	3	3	3	3
4.02.02	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	-1	-1	-1	-1
4.03	Resultado Abrangente do Período	17.898	35.946	22.318	51.734

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	58.155	78.354
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	85.687	115.346
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	53.676	81.457
6.01.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	-11	14
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	18.535	17.597
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	37	1.244
6.01.01.08	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	4.610	7.780
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	1.955	1.966
6.01.01.10	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	106	30
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	966	724
6.01.01.12	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	-535	434
6.01.01.13	Ajuste a valor presente	6.347	1.582
6.01.01.16	Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	15	16
6.01.01.17	Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	-1	0
6.01.01.18	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-13	-12
6.01.01.19	Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	0	2.514
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-27.532	-36.992
6.01.02.01	Concessionárias	-15	-11
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-449	-1.365
6.01.02.03	Rendas a receber	5.155	-5.909
6.01.02.04	Estoques	21	1.057
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	190	-47
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-385	409
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	30	-58
6.01.02.08	Fornecedores	-2.899	-1.977
6.01.02.09	Outros tributos e contribuições sociais	-9.113	-868
6.01.02.10	Benefícios pós-emprego	4	51
6.01.02.11	Obrigações estimadas com pessoal	-1.063	12
6.01.02.12	Encargos regulamentares e setoriais	321	-40
6.01.02.13	Provisões	-179	-2.990
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	136	270
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-19.286	-25.526
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.027	287
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-2.027	-1.268
6.02.02	Recebimento de caixa por indenização de seguros	0	1.555
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.214	-41.644
6.03.01	Partes relacionadas	-399	-107
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	-37.607
6.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-1	0
6.03.06	Encargos de dívidas líquido de derivativos	0	-1.946

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.03.07	Uso do bem público	-1.814	-1.984
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	53.914	36.997
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.023	3.314
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	59.937	40.311

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	290.607	0	0	1.109.539
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-268	0	-268
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	290.607	-268	0	1.109.271
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-31.751	0	0	-31.751
5.04.09	Dividendo adicional aprovado	0	0	-31.751	0	0	-31.751
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	2	35.944	0	35.946
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.944	0	35.944
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	2	0	0	2
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	3	3
5.05.02.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	-1	-1
5.05.02.09	Transferência para Reserva de lucros	0	0	2	0	-2	0
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	258.858	35.676	0	1.113.466

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	266.708	0	-171	1.085.469
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-171	-280	171	-280
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	266.537	-280	0	1.085.189
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.053	0	0	-22.053
5.04.08	Dividendo adicional proposto	0	0	-22.053	0	0	-22.053
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	2	51.732	0	51.734
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	51.732	0	51.732
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	2	0	0	2
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	3	3
5.05.02.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	-1	-1
5.05.02.09	Transferência para Reserva de lucros	0	0	2	0	-2	0
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	244.486	51.452	0	1.114.870

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	111.321	139.913
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	109.283	140.214
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.027	-287
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	11	-14
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.728	-7.182
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-125	-1
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.230	-6.442
7.02.04	Outros	-2.373	-739
7.02.04.01	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-771	-756
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-1.602	17
7.03	Valor Adicionado Bruto	101.593	132.731
7.04	Retenções	-18.585	-18.643
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.585	-18.643
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	83.008	114.088
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	678	336
7.06.02	Receitas Financeiras	678	336
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	83.686	114.424
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	83.686	114.424
7.08.01	Pessoal	4.559	4.814
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.506	3.760
7.08.01.02	Benefícios	758	811
7.08.01.03	F.G.T.S.	295	243
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	29.313	42.712
7.08.02.01	Federais	29.179	42.577
7.08.02.02	Estaduais	85	94
7.08.02.03	Municipais	49	41
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.870	15.166
7.08.03.01	Juros	13.708	14.943
7.08.03.02	Aluguéis	162	223
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	35.944	51.732
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	35.944	51.732

Comentário do Desempenho**Comentário de Desempenho da Investco S.A.
Período de abril a junho de 2013 e 1º semestre de 2013****COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE ABRIL A JUNHO DE 2013 E 1º SEMESTRE DE 2013 (*)**

(*)Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luiz Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luiz Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	unidade	Saldos			Saldos		
		2T13	1T13	Var. %	6M13	12M12	Var. %
Financeiros							
Ativo total	R\$ mil	1.380.311	1.355.065	1,9%	1.380.311	1.347.727	0,5%
Patrimônio líquido	R\$ mil	1.113.466	1.127.319	-1,2%	1.113.466	1.109.271	1,6%
Dívida líquida	R\$ mil	36.493	64.819	-43,7%	36.493	79.450	-18,4%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,03	0,06	-43,0%	0,03	0,07	-19,7%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	0,19	0,31	-39,8%	0,19	0,42	-25,9%

Resultados		2º Trimestre			06 meses		
		2013	2012	Var. %	2013	2012	Var. %
Receita Líquida	R\$ mil	49.064	63.622	-22,9%	98.192	127.212	-22,8%
Gastos gerenciáveis	R\$ mil	(15.497)	(16.247)	-4,6%	(30.521)	(30.303)	0,7%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	(520)	(403)	29,0%	(965)	(845)	14,2%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	33.047	46.972	-29,6%	66.706	96.064	-30,6%
EBITDA	R\$ mil	42.315	55.769	-24,1%	85.241	113.661	-25,0%
Resultado financeiro	R\$ mil	(5.943)	(10.088)	-41,1%	(13.030)	(14.607)	-10,8%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	27.104	36.884	-26,5%	53.676	81.457	-34,1%
Lucro líquido	R\$ mil	17.896	22.316	-19,8%	35.944	51.732	-30,5%
Margens							
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	86,24%	87,66%	-1,42 p.p.	86,81%	89,35%	-2,54 p.p.
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	36,47%	35,08%	+1,39 p.p.	36,61%	40,67%	-4,06 p.p.

Comentário do Desempenho**Comentário de Desempenho da Investco S.A.
Período de abril a junho de 2013 e 1º semestre de 2013****DESEMPENHO OPERACIONAL**

No 2T13, a Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 11,1 GWh, 3,7% superior quando comparado a 10,7 GWh registrado no mesmo período do ano anterior devido a vazão afluyente ter sido superior no 2T13.

No acumulado do ano, a UHE Lajeado gerou 25,8 GWh 11,3% inferior comparado a 29,1 GWh do 1º semestre de 2012 em função do cenário hidrológico desfavorável, impactando em uma menor disponibilidade de água nos primeiros meses de 2013. Frente a este cenário, o ONS despachou menos energia na usina UHE Lajeado nos três primeiros meses de 2013, comparado ao mesmo período de 2012.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Demonstração do Resultado do Período	2T13	2T12	var. %	6M13	6M12	var. %
Receita operacional bruta	54.606	70.124	-22,1%	109.283	140.213	-22,1%
(-) Deduções à receita operacional	(5.542)	(6.502)	-14,8%	(11.091)	(13.001)	-14,7%
(=) Receita operacional líquida	49.064	63.622	-22,9%	98.192	127.212	-22,8%
Gastos não gerenciáveis	(520)	(403)	29,0%	(965)	(845)	14,2%
Energia elétrica comprada para revenda	(108)	0	0,0%	(121)	(1)	12000,0%
Encargos de uso da rede elétrica	(346)	(343)	0,9%	(700)	(686)	2,0%
Outros gastos não gerenciáveis	(66)	(60)	10,0%	(144)	(158)	-8,9%
Margem bruta	48.544	63.219	-23,2%	97.227	126.367	-23,1%
Gastos gerenciáveis	(6.229)	(7.450)	-16,4%	(11.986)	(12.706)	-5,7%
Pessoal	(2.660)	(2.890)	-8,0%	(4.887)	(5.700)	-14,3%
Materiais e serviços de terceiros	(3.223)	(2.711)	18,9%	(5.699)	(5.111)	11,5%
Arrendamentos e aluguéis	(51)	(119)	-57,1%	(150)	(223)	-32,7%
Provisões e contingências	82	(85)	-196,5%	(421)	(175)	140,6%
Outros gastos gerenciáveis	(377)	(1.645)	-77,1%	(829)	(1.497)	-44,6%
EBITDA	42.315	55.769	-24,1%	85.241	113.661	-25,0%
Depreciação e amortização	(9.268)	(8.797)	5,4%	(18.535)	(17.597)	5,3%
Resultado financeiro	(5.943)	(10.088)	-41,1%	(13.030)	(14.607)	-10,8%
Imposto de renda e contribuição social	(9.208)	(14.568)	-36,8%	(17.732)	(29.725)	-40,3%
Lucro líquido	17.896	22.316	-19,8%	35.944	51.732	-30,5%

A **Receita Operacional Líquida**, composta, de receita de arrendamento e venda de energia, atingiu R\$ 49,1 milhões em 30 de junho de 2013 decréscimo de 22,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução de R\$ 14,6 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. No acumulado do ano, a receita operacional líquida foi de R\$ 98,2 milhões, 22,8% inferior ao mesmo período do ano anterior.

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram R\$ 520 mil no segundo trimestre do ano de 2013, acréscimo de 29% quando comparado aos R\$ 403 mil no mesmo período do ano anterior em função, principalmente, da energia elétrica

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho da Investco S.A. Período de abril a junho de 2013 e 1º semestre de 2013

comprada para revenda. Nos seis meses de 2013, a variação dos gastos gerenciáveis totaliza R\$ 120 mil entre os períodos.

Os **Gastos Gerenciáveis**, compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas, provisões para contingências e devedores duvidosos reduziram R\$ 1,2 milhão ou 16,4% entre os trimestres em função, principalmente, da provisão para perdas reconhecida no segundo trimestre de 2012, fato este que não ocorreu no segundo trimestre de 2013. No primeiro semestre de 2013 a redução totalizou R\$ 720 mil ou redução de 5,7% frente ao primeiro semestre de 2012.

No 2T13, o EBITDA atingiu R\$ 42,3 milhões, redução de 24,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Nos primeiros seis meses de 2013, o EBITDA atingiu R\$ 85,2 milhões, queda de 25,0% em relação ao ano anterior. Em ambos os períodos analisados, a redução ocorreu, principalmente, função do menor valor do coeficiente de ajuste registrado na Receita Operacional.

O **Resultado Financeiro** líquido no 2T13 foi negativo em R\$ 5,9 milhões, 41,1% inferior ao 2T12. No acumulado do ano, o resultado financeiro líquido totalizou R\$ 13,0 milhões, redução de 10,8% frente ao mesmo período do ano anterior. No trimestre, a variação é explicada, na sua maioria, pelos seguintes fatores:

- (i) +R\$ 0,3 MM maior rendimento de aplicações em função do maior saldo de caixa.
- (ii) -R\$ 4,3 MM em virtude do reconhecimento dos dividendos adicionais das ações preferenciais classes "A", "B" e "C" (CPC 39);
- (iii) +R\$ 2,2 MM referente ao complemento do Ajuste a Valor Presente (AVP) das ações preferências;
- (iv) -R\$ 1,2 MM pela não ocorrência em despesa financeira no 2T13 em função da quitação dos contratos de mútuo no ano de 2012.
- (v) -R\$ 0,4 MM pela menor atualização monetária uso do bem público entre os períodos.

Nos seis primeiros meses de 2013, o resultado financeiro líquido totalizou R\$ 13,0 MM, redução de 8,3% em relação aos seis meses acumulados de 2012.

No 2T13, a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 17,9 milhões, 19,8% inferior frente ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, o **Lucro Líquido** totalizou R\$ 35,9 milhões com redução de 30,5% frente ao acumulado do ano de 2012.

Comentário do Desempenho**Comentário de Desempenho da Investco S.A.
Período de abril a junho de 2013 e 1º semestre de 2013****ENDIVIDAMENTO**

A dívida bruta totalizou R\$ 96,4 milhões em 30 de junho de 2013, composta na sua totalidade pelo ajuste a valor presente das ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39 classificados como encargos de dívidas.

Endividamento	6M13	1T13	var.%	6M13	12M12	var.%
Dívida bruta	96.430	91.153	5,8%	96.430	85.473	12,8%
(-) Disponibilidades	(59.937)	(26.334)	127,6%	(59.937)	(6.023)	895,1%
(=) Dívida líquida	36.493	64.819	-43,7%	36.493	79.450	-54,1%

A dívida líquida, considerando o valor de R\$ 59,9 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ 36,5 milhões em 30 de junho de 2013, decréscimo de 54,1% em relação a dezembro de 2012 e 43,7% em relação a 31 de março de 2013. Essa redução deve-se a maior geração de caixa no período.

A relação dívida líquida/EBITDA encerrou o período em 0,19 vezes frente a 0,42 vezes em dezembro de 2012 e 0,33 vezes em 30 de junho de 2012.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, com sede em Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (Contrato de Concessão).

A Companhia detém o direito de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A., titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias em 23 de julho de 2013.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2012 e, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais publicadas em 05 de março de 2013, exceto pelos CPC's revisados que entraram em vigor em janeiro de 2013 e que introduzem algumas modificações nas práticas contábeis adotadas até o exercício anterior, conforme mencionado na nota 2.2.2.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas, uma vez que seu conteúdo não tem alteração e, no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2012. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número NE	Título da Nota explicativa
1.1	Concessão
2.2	Resumo das principais práticas contábeis
10	Estoques
11	Cauções e depósitos vinculados
18	Obrigações estimadas com pessoal
30	Seguros
31	Meio ambiente

2.1.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período findo em 30 de junho de 2013, portanto não foram aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

2.2.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros

As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de "atualmente possui o direito legal de compensar" e "realização e liquidação simultâneas". As alterações são aplicáveis para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2014, com adoção retroativa exigida.

IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos: Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros

O IASB publicou alterações ao IAS 36 relativas à divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros. As alterações introduzidas pelo IAS 36 exigem que a entidade deverá divulgar o valor recuperável dos ativos depreciados, que é baseado no valor justo menos os custos de alienação.

As alterações devem ser aplicadas retroativamente para os períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2014.

IFRIC 21 - Impostos

O IASB emitiu a IFRIC 21: Impostos, uma interpretação sobre a contabilização de impostos imposta pelos governos. A interpretação foi desenvolvida pelo Comitê de Interpretações do IFRS ('Comitê de Interpretações'), o corpo interpretativo do IASB.

A IFRIC 21 é uma interpretação do IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O IAS 37 estabelece critérios para o reconhecimento de um passivo, um dos quais é a exigência de que a entidade tem uma obrigação presente como resultado de um evento passado (conhecido como fato gerador da obrigação). Esta interpretação clarifica que o fato gerador da obrigação que dá origem a uma obrigação de pagar uma taxa é a atividade descrita na legislação pertinente que desencadeia o pagamento da taxa.

A IFRIC 21 é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2014.

2.2.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2013.

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19)

A revisão contempla substancialmente alterações introduzidas no texto da IAS 19. As principais modificações desta norma referem-se aos planos de benefícios definidos: (i) a eliminação da utilização do "método do corredor" passando a vigorar somente o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais na data das demonstrações contábeis em Outros Resultados Abrangentes, (prática esta já utilizada pela Companhia desde a adoção inicial ao IFRS, em 2010), (ii) reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados, e (iii) reconhecimento da despesa/receita financeira do plano que passa a ser reconhecido pelo valor líquido com base na taxa de desconto.

As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa.

Conforme previsto no CPC 23, mudanças de práticas contábeis requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com o período atual, às mesmas práticas contábeis, como se estivessem em vigor a partir do início do período mais antigo apresentado, sendo o ajuste registrado em Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Os impactos são:

(i) redução no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2012 no valor de R\$425, em contrapartida, da amortização do custo do serviço passado no valor de R\$19 por ano que ocorreria, no prazo médio, por mais 21 exercícios não impactará mais a despesa.

(ii) redução da despesa de Pessoal do exercício de 2012 em R\$19, quando apresentado de forma comparativa com as Demonstrações Financeiras para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013. No semestre o efeito foi de R\$10.

CPC 46 Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma resultou em uma divulgação mais abrangente das informações contábeis intermediárias.

2.3 Reclassificações dos períodos anteriores

(a) Mudança de prática

O CPC 33 (R1) trouxe mudanças de práticas contábeis para a Companhia e portanto para fins de comparabilidade foram feitas reclassificações para atendimento das mudanças de práticas contábeis para melhor apresentação nos valores anteriormente divulgados.

(b) Reclassificações

A natureza das reclassificações são: (i) a apresentação líquida de ativos e passivos dos tributos sobre o lucro conforme requerido pelo CPC 32, e (ii) a apresentação líquida de ativos e passivos dos tributos conforme requerido pela Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.3.1 Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial					
31/12/2012					
Ativo	Publicado	CPC 32 - Tributo sobre o Lucro	Reclassifica- ções	Saldo ajustado	
Ativo Circulante					
Impostos e contribuições sociais	28.848	(28.224)	(171)	453	
Total do ativo	1.376.122	(28.224)	(171)	1.347.727	
31/12/2012					
Passivo	Publicado	CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	CPC 32 - Tributo sobre o Lucro	Reclassifica- ções	Saldo ajustado
Circulante					
Impostos e contribuições sociais	49.653		(28.224)	(171)	21.258
Não Circulante					
Impostos e contribuições sociais diferidos	14.756	(138)			14.618
Benefícios pós-emprego	551	406			957
Patrimônio Líquido					
Lucros acumulados		(268)			(268)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.376.122	-	(28.224)	(171)	1.347.727

2.3.2 Demonstração do resultado

Demonstração do Resultado						
01/04/2012 à 30/06/2012						
01/01/2012 à 30/06/2012						
	Publicado	CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Saldo ajustado	Publicado	CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Saldo ajustado
Despesas e Receitas operacionais						
Despesas gerais e administrativas	(4.000)	5	(3.995)	(7.447)	10	(7.437)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	46.967	5	46.972	96.054	10	96.064
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	36.879	5	36.884	81.447	10	81.457
Imposto de renda e contribuição social diferidos	48	(2)	46	112	(4)	108
Resultado líquido antes da participação dos acionistas não controladores e partes beneficiárias	22.313	3	22.316	51.726	6	51.732
Resultado líquido do período	22.313	3	22.316	51.726	6	51.732

CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados - devido ao reconhecimento dos custos dos serviços passados, houve o estorno na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas, com efeito em Imposto de renda e contribuição social diferido.

2.3.3 Demonstração do fluxo de caixa

CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados - Ajuste de R\$10 no Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social devido ao reconhecimento dos custos dos serviços passados.

Reclassificações para melhor classificação - (i) Reclassificação da atualização monetária dos créditos de impostos e contribuições sociais no valor de R\$12, para impostos e contribuições sociais - atualização monetária nos passivos operacionais; e (ii) Reclassificação das Despesas pagas antecipadamente no valor de R\$439, anteriormente alocadas nas atividades operacionais para os ativos operacionais.

2.3.4 Demonstração do valor adicionado

Para adequação ao CPC 09 realizamos as seguintes reclassificações: (i) da Receita relativa a construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado no valor de R\$287 anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas dos Insumos adquiridos de terceiros: R\$679 referente a Materiais, R\$588 referente a Serviços de terceiros e R\$1.554 em outros Custos Operacionais; (ii) reclassificação dos Créditos de PIS e COFINS da rubrica de Insumos adquiridos de terceiros no valor de R\$134 (R\$70 referente a Encargos de uso da rede elétrica, R\$12 referente a Materiais e R\$52 referente a Serviços de terceiros) e das Depreciações e amortizações no valor de R\$1.046, para os Impostos Federais alocados na Distribuição do valor adicionado no valor total de R\$1.180; e (iii) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados - devido ao reconhecimento dos custos dos serviços passados antigamente apresentados nas seguintes rubricas da Distribuição do valor adicionado: R\$10 em Remuneração Direta e R\$4 em Impostos, taxas e contribuições Federais, para o Lucro Retido no valor de R\$6.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3 Eventos significativos no semestre

3.1 Lei nº 12.783/13 (Conversão da Medida Provisória nº 579/12)

Significativas alterações nas regulamentações aplicadas ao setor de energia elétrica ocorreram em 2012, entre elas, a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, na qual o governo federal apresentou medidas para reduzir a conta de energia elétrica, a partir de janeiro de 2013. A redução média prevista para todo o Brasil era de 20,2%, decorrente da atuação do governo em duas frentes: Renovação das Concessões (13%) e Encargos Setoriais (7%).

Em 11 de janeiro de 2013 foi sancionada a Lei nº 12.783/13, na qual converteu em Lei a anterior Medida Provisória nº 579/2012. Estabeleceu-se dentre outros, que as concessionárias de geração e transmissão, licitadas antes de 13 de fevereiro de 1995 (artigo 19 da Lei nº 9.074/1995) e, que tiverem seus contratos vencendo entre 2013 e 2017, poderá prorrogar antecipadamente as suas concessões. As concessões de geração alcançadas pela Lei deverão disponibilizar sua garantia física de energia para o regime de cotas a ser distribuído proporcionalmente ao mercado de cada distribuidora, impactando a contratação de energia. Para as concessões vincendas de geração e transmissão não amortizadas terão direito a receber do governo indenizações. A metodologia definida para calculá-las será a do Valor Novo de Reposição, que já é utilizada na revisão tarifária das distribuidoras. A Companhia conclui que não haverá impactos significativos de curto prazo decorrentes das disposições contidas na lei pelo fato do seu contrato de concessão ter vigência até 15 de janeiro de 2033.

3.2 Resolução CNPE nº 03/2013

A Resolução CNPE nº 03/2013 estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço, tendo alterado os procedimentos de cálculo e rateio do Encargo de Serviço do Sistema por razão de segurança energética (ESS – SE), de que trata o disposto no art. 59 do decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, a partir de março de 2013.

Em 07 de junho de 2013, o Tribunal Regional Federal confirmou a decisão da liminar que desonerou os associados da APINE, ABRAGEEL e ABRACEEL do rateio do custo do despacho adicional de recurso energético de usina termoeletrica. Para os demais agentes do mercado a eficácia dos arts. 2º e 3º da Resolução CNPE 03/2013 foi mantida.

Em 16 de julho de 2013, o Supremo Tribunal Federal indeferiu o pedido de Suspensão de Liminar formulado pela União e manteve a decisão liminar que desonerou os associados da APINE, ABRAGEEL e ABRACEEL do rateio do custo do despacho adicional de recurso energético de usina termoeletrica estabelecido pela Resolução CNPE 03/2013.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2013	31/12/2012
Bancos conta movimento	4.421	6.023
Aplicações financeiras - renda fixa	55.516	
Total	59.937	6.023

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a Debêntures, remunerados a taxas que variam de 99,0% a 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

5 Concessionárias

	Saldos vincendos	PCLD	Saldo	Saldo
			liquido em 30/06/2013	liquido em 31/12/2012
Circulante				
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	488		488	472
Energia de curto prazo	32		32	18
Encargos de uso da rede elétrica	55		55	59
Total Circulante	575	-	575	549
Não circulante				
Concessionárias				
Energia de curto prazo	25	(25)		
Total Não Circulante	25	(25)	-	-

O saldo em 30 de junho de 2013 é composto por valores a vencer e a Companhia entende que a PCLD constituída no não circulante em 30 de junho de 2013 é suficiente para refletir a expectativa de perdas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6 Rendas a receber

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lajeado Energia	12.866	16.629
Paulista Lajeado Energia	1.233	1.594
CEB Lajeado	<u>3.525</u>	<u>4.556</u>
	<u>17.624</u>	<u>22.779</u>

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, sendo Lajeado Energia, Paulista Lajeado Energia e CEB Lajeado, frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 9).

O contrato de arrendamento foi aditado em 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83% a.a. sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

Quando da revisão do referido contrato de arrendamento foi publicado fato relevante, em 23 de junho de 2009, para informar ao mercado que a eficácia da revisão encontrava-se condicionada à aprovação da ANEEL. No entanto, a ANEEL, por meio do Ofício nº 6/10, da Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF, datado de 29 de janeiro de 2010, manifestou que a referida operação não exigia prévia anuência daquela agência nas circunstâncias apresentadas.

7 Impostos e contribuições sociais

	<u>Saldo em 31/12/2012</u>	<u>Adição</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Adianta- mentos / Pagamen-tos</u>	<u>Compensa- ção de tributos</u>	<u>Transfe- rência</u>	<u>Saldo em 30/06/2013</u>
Ativo - Compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social	33		13	9.810		(9.397)	459
PIS e COFINS		417			(2)	(211)	204
IRRF sobre aplicações financeiras	412	32				(412)	32
Outros	8						8
Total	<u>453</u>	<u>449</u>	<u>13</u>	<u>9.810</u>	<u>(2)</u>	<u>(10.020)</u>	<u>703</u>
Circulante	<u>453</u>						<u>703</u>
Total	<u>453</u>						<u>703</u>
Passivo - a recolher							
Imposto de renda e contribuição social	9.477	22.324	(9.476)			(9.809)	12.516
ICMS sobre diferencial de alíquota	20	59	(76)				3
PIS e COFINS	1.985	10.109	(10.230)	(2)		(211)	1.651
ISS	57	81	(128)		(10)		5
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	13	223	(231)				17
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	29	61	(73)				17
IRRF sobre juros s/ capital próprio	9.278	(441)	(8.837)				5
Outros	399	1.376	(1.498)		10		287
Total	<u>21.258</u>	<u>33.792</u>	<u>(30.549)</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>(10.020)</u>	<u>14.479</u>
Circulante	<u>21.258</u>						<u>14.479</u>
Total	<u>21.258</u>						<u>14.479</u>

IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2012 aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, com retenção de R\$ 8.837, conforme legislação (Nota 18.2) liquidado em janeiro de 2013.

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Do saldo líquido de R\$10.026, a Companhia possui créditos fiscais diferidos no valor de R\$2.037, incidentes sobre diferenças temporárias, sobre as quais foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Nota	Passivo				Períodos de 6 meses findos em 30 de junho	
		31/12/2012	30/06/2013		2013	2012	
		Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças Temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(12)	(26)	(9)	(35)	23	5
Benefício pós-emprego		(332)	(270)	(96)	(366)	35	28
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(855)	(1.203)	(433)	(1.636)	781	152
Total diferenças temporárias		(1.199)	(1.499)	(538)	(2.037)	839	185
Diferenças Temporárias - RTT							
Licenças ambientais - CPC 25		1.775	1.398	503	1.901	(126)	(719)
Uso do bem público - CPC 25		(10.387)	(7.754)	(2.791)	(10.545)	158	107
Instrumentos financeiros - CPC 39	8.2	24.429	15.226	5.481	20.707	3.722	538
Benefícios a empregados - CPC 33 (R1)							(3)
Total diferenças temporárias - RTT		15.817	8.870	3.193	12.063	3.754	(77)
Total Passivo Diferido		14.618	7.371	2.655	10.026		
Receita/Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos						4.593	108

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do período em R\$4.593.

8.2 Instrumentos financeiros - CPC 39

As diferenças temporárias provenientes de Instrumentos financeiros - CPC 39, referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39. (Nota 13)

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação, e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 30/06/2013	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) nos períodos de 6 meses findos em 30 de junho de	
					30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012	2013	2012
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	EDP Bandeirante	01/08/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	137,07	134	151			871	724
	EDP Bandeirante	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	137,07	4	4			24	92
					138	155	-	-	895	816
Rendas a receber										
Arrendamento UHE Lajeado	Lajeado Energia	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		12.866	16.629			70.055	90.543
	CEB Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		3.525	4.556			19.193	24.806
	Paulista Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		1.233	1.594			6.718	8.682
					17.624	22.779	-	-	95.966	124.031
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13	EDP Energias do Brasil	01/07/2012					73	475	(486)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014					12	(61)	(61)
Prestação de serviços de consultoria ambiental	Energest	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014				15		(139)	(98)
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012							(253)
	Lajeado Energia	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012							(2.260)
					-	-	88	487	(686)	(2.672)
Total					17.762	22.934	88	487	96.175	122.175

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura:

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP – Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas. Este contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/2011, com vigência até 7 de dezembro de 2011, trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da Holding que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do timesheet.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho 174, de 18 de Janeiro de 2012.

Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa 334/2008, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuência já concedida a contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei nº 10.848, de 2004, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes relacionadas no setor elétrico.

Em 28 de junho de 2012, através do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu às minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, firmados entre a Companhia e sua controladora, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do art. 27 da Resolução Normativa nº 334/2008, alterada pela Resolução Normativa nº 489/2012.

Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL através do Ofício Circular nº 883/2012, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuência concedida pela ANEEL, deveriam protocolar manifestação de interesse impreterivelmente até o dia 11 de outubro de 2012, motivo pelo qual no dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, para que o contrato tenha vigência apenas a partir de 01 de julho de 2012 e para o período de 01 de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012 assumidos integralmente pela controladora EDP - Energias do Brasil S.A., com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do art. 27 da Resolução Normativa nº 334/2008, alterada pela Resolução Normativa nº 489/2012, os quais foram anuídos através do Despacho ANEEL Nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

b) Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura: Os gastos ocorridos entre os meses de abril e maio de 2013 foram compartilhados conforme Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1598/2011, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011.

Em Junho/2013, em função da mudança de endereço da sede social do Grupo EDP em São Paulo, foram firmados Termos Aditivos aos Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura - que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio. Os contratos entre partes relacionadas encontram-se em processo de anuência junto à ANEEL e por esse motivo os gastos estão sendo assumidos pela controladora.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 25.2)

9.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP Energias do Brasil S.A.

9.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia estão sob controle comum, exceto pela EDP Energias do Brasil S.A. que é sua Controladora final e as companhias que compõem o Consórcio Lajeado: Lajeado Energia S.A, sua controladora direta, CEB Lajeado S.A e Paulista Lajeado Energia S.A, acionistas não controladores.

9.3 Remuneração dos administradores

9.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 30 de junho de 2013

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

Conselho Fiscal

Remuneração Fixa: 100%

9.3.2 Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia no 1º Semestre findo em 30 de junho de 2013 (em R\$).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	1 (*)	2 (**)	5 (***)	8
Remuneração fixa (em R\$)	41.168	173.256	58.500	272.924
Salário ou pró-labore	34.307	144.380	48.750	227.437
Encargos sociais	6.861	28.876	9.750	45.487
Valor Total da remuneração, por órgão	41.168	173.256	58.500	272.924

(n/a) = Não Aplicável

(*) Das 03 posições do Conselho de Administração, apenas 01 membro é remunerado. A remuneração anual global dos membros do conselho de administração é de até R\$100.000,00 para o período de abril de 2013 a março de 2014, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 8 de abril de 2013.

(**) Das 07 posições da Diretoria Estatutária, apenas 02 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é até R\$300.000,00 para o período de abril de 2013 a março de 2014, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 8 de abril de 2013.

(***) Das 05 posições do Conselho Fiscal, todos os membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros do conselho fiscal é de até R\$108.000,00 para o período de abril de 2013 a março de 2014, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 8 de abril de 2013.

(I) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia, Previdência Privada e Vale Refeição.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9.3.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal referente ao 1º Semestre findo em 30 de junho de 2013 (em R\$).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	1	2	5
Valor da maior remuneração individual	41.168	117.368	11.700
Valor da menor remuneração individual	41.168	55.888	11.700
Valor médio da remuneração individual	41.168	86.628	11.700

10 Imobilizado

	30/06/2013				31/12/2012			
					Reclassificado			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.510		114.510		114.518		114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	688.262	(145.996)	542.266	2,00	688.262	(139.142)	549.120
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,25	332.236	(85.792)	246.444	3,25	332.237	(82.069)	250.168
Máquinas e equipamentos	5,07	402.153	(123.103)	279.050	5,07	402.152	(117.035)	285.117
Veículos	14,29	1.090	(922)	168	14,29	984	(897)	87
Móveis e utensílios	11,46	1		1	11,46	1		1
		<u>1.538.252</u>	<u>(355.813)</u>	<u>1.182.439</u>		<u>1.538.154</u>	<u>(339.143)</u>	<u>1.199.011</u>
Sistema de transmissão associada								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,71	8.379	(3.798)	4.581	3,71	8.379	(3.658)	4.721
Máquinas e equipamentos	3,92	72.799	(22.926)	49.873	3,66	72.799	(21.674)	51.125
		<u>81.178</u>	<u>(26.724)</u>	<u>54.454</u>		<u>81.178</u>	<u>(25.332)</u>	<u>55.846</u>
Administração								
Máquinas e equipamentos	13,77	1.395	(1.082)	313	13,74	1.370	(1.022)	348
Veículos	14,29	678	(275)	403	14,29	678	(227)	451
Móveis e utensílios	6,29	538	(347)	191	6,29	538	(333)	205
		<u>2.611</u>	<u>(1.704)</u>	<u>907</u>		<u>2.586</u>	<u>(1.582)</u>	<u>1.004</u>
Total do Imobilizado em serviço		<u>1.622.041</u>	<u>(384.241)</u>	<u>1.237.800</u>		<u>1.621.918</u>	<u>(366.057)</u>	<u>1.255.861</u>
Imobilizado em curso								
Depósitos Judiciais (Nota 16.1.1.2)		14.305		14.305		14.209		14.209
Outros		18.537		18.537		16.766		16.766
Total do Imobilizado em curso		<u>32.842</u>	<u>-</u>	<u>32.842</u>		<u>30.975</u>	<u>-</u>	<u>30.975</u>
Total do Imobilizado		<u>1.654.883</u>	<u>(384.241)</u>	<u>1.270.642</u>		<u>1.652.893</u>	<u>(366.057)</u>	<u>1.286.836</u>

De acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09.

A movimentação do imobilizado no período é a seguinte:

	Valor líquido		Transfe- rência do intangível em curso	Depreciação	Baixas	Valor líquido	
	31/12/2012	Aquisições				30/06/2013	
Imobilizado em serviço							
Terrenos	114.518				(8)	114.510	
Reservatórios, barragens e adutoras	549.120			(6.854)		542.266	
Edificações, obras civis e benfeitorias	254.889			(3.864)		251.025	
Máquinas e equipamentos	336.590		25	(7.379)		329.236	
Veículos	538		106	(73)		571	
Móveis e utensílios	206			(14)		192	
Total do imobilizado em serviço	<u>1.255.861</u>	<u>-</u>	<u>131</u>	<u>(18.184)</u>	<u>(8)</u>	<u>1.237.800</u>	
Imobilizado em curso							
Geração							
Depósitos judiciais	14.209	96				14.305	
Outros	16.766	1.905	(106)		(28)	18.537	
Total do Imobilizado em curso	<u>30.975</u>	<u>2.001</u>	<u>(106)</u>	<u>-</u>	<u>(28)</u>	<u>32.842</u>	
	<u>1.286.836</u>	<u>2.001</u>	<u>25</u>	<u>(18.184)</u>	<u>(36)</u>	<u>1.270.642</u>	

Para o período findo em 30 de junho de 2013 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma em 30 de junho de 2013 entendemos que, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e portanto não houve necessidade de proceder o teste de recuperabilidade dos ativos pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11 Intangível

	30/06/2013				31/12/2012			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	975	(837)	138	20,00	975	(802)	173
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(7.504)	12.633	3,22	20.137	(7.180)	12.957
		21.112	(8.341)	12.771		21.112	(7.982)	13.130
Sistema de transmissão associada								
Servidão permanente		111	-	111		111	-	111
Administração		111	-	111		111	-	111
Software	20,00	437	(233)	204	20,00	414	(190)	224
		437	(233)	204		414	(190)	224
Total do Intangível em Serviço		21.660	(8.574)	13.086		21.637	(8.172)	13.465
Intangível em curso								
Geração		12.510	-	12.510		12.508	-	12.508
Administração		140	-	140		165	-	165
Total do Intangível em Curso		12.650	-	12.650		12.673	-	12.673
Total do Intangível		34.310	(8.574)	25.736		34.310	(8.172)	26.138

A movimentação do intangível no período é a seguinte:

	31/12/2012		Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações e amortizações	Baixas	30/06/2013	
	Valor líquido	Ingressos				Valor líquido	
Intangível em serviço							
Software	397		23	(78)		342	
Servidão permanente	111					111	
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	12.957			(324)		12.633	
Intangível em curso	12.673	26	(48)		(1)	12.650	
Total do Intangível	26.138	26	(25)	(402)	(1)	25.736	

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Do montante de R\$12.650, relativo ao Intangível em curso, R\$12.450 refere-se a gastos com desenvolvimento, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE – Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo e homologado junto à ANEEL.

12 Fornecedores

	Circulante	
	30/06/2013	31/12/2012
Suprimento de energia elétrica		1
Encargos de uso da rede elétrica	229	152
Operações CCEE	33	93
Materiais e serviços	1.689	4.604
Total	1.951	4.850

Notas Explicativas

13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
13.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	30/06/2013				31/12/2012			
				Encargos		Principal		Encargos		Principal	
				Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total
Atções recebíveis cumulativa	Ajuste a valor presente das ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39	8,70% a.a.	Dividendos anuais	20.202	53.672	22.556	96.430	11.849	52.331	21.293	85.473
Total				20.202	53.672	22.556	96.430	11.849	52.331	21.293	85.473

A forma de realização das dívidas é ao custo.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no período:

	Valor total em 31/12/2012	Juros provisio- nados	Transferên- cias	Ajuste a valor presente	Valor total em 30/06/2013
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	11.849	4.610	3.743	-	20.202
	<u>11.849</u>	<u>4.610</u>	<u>3.743</u>	<u>-</u>	<u>20.202</u>
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	73.624	-	(3.743)	6.347	76.228
	<u>73.624</u>	<u>-</u>	<u>(3.743)</u>	<u>6.347</u>	<u>76.228</u>

13.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de Moeda
	Nacional
Circulante	
2013	20.202
	<u>20.202</u>
Não circulante	
2014	5.900
2015	3.257
2016	3.995
2017	3.675
2018	3.381
2019 até 2023	13.253
2024 até 2028	8.734
2029 até 2032	34.033
	<u>76.228</u>
Total	<u>96.430</u>

14 Encargos regulamentares e setoriais

	Nota	Saldo em 31/12/2012	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Saldo em 30/06/2013
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		49	135		(153)	31
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	14.1	631	982	15	(643)	985
Taxa de fiscalização - ANEEL		2	9		(9)	2
Total		<u>682</u>	<u>1.126</u>	<u>15</u>	<u>(805)</u>	<u>1.018</u>
Circulante		348				499
Não circulante		334				519
Total		<u>682</u>				<u>1.018</u>

14.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, referente à Pesquisa e Desenvolvimento. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos, que são alocados na rubrica Serviços em curso, e são baixados quando da conclusão dos projetos de P&D. Pela resolução Normativa nº 504/12, a receita de arrendamento passou a ser incluída na base de cálculo do P&D.

15 Uso do bem público

A Companhia, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

Em 30 de junho de 2013 todas as parcelas encontram-se segregadas no circulante e não circulante não tendo ocorrido, no período, pendências de pagamento.

O valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 11) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do Uso do bem público foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e para a apuração do valor justo, foi considerado o CPC 38.

Segue abaixo movimentação no período:

	Circulante	Não circulante
Principal		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.894	39.612
Ajuste a valor presente	(4)	758
Encargos e atualizações monetárias	132	1.069
Amortizações	(1.814)	
Transferência para o circulante	1.793	(1.793)
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>4.001</u>	<u>39.646</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16 Provisões

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			8.416	7.629
Licenças ambientais	6.797	7.496	5.613	5.449
Total	6.797	7.496	14.029	13.078

16.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

16.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo						Ativo		
	Instâncias	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas		Atualizações Monetárias	Saldo em 30/06/2013	Depósito Judicial	
				Pagamentos	Reversões			30/06/2013	31/12/2012
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	1.746	214	(69)	(84)	159	1.966	814	996
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	4.383	572	(92)	(288)	375	4.950		
Outros		1.500					1.500		
Total		7.629	786	(161)	(372)	534	8.416	814	996
Não circulante		7.629					8.416		
Total		7.629					8.416		

16.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

16.1.1.2 Cíveis

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 30 de junho de 2013 é de R\$14.305 (R\$14.209 em 31 de dezembro de 2012) e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 10).

16.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas informações contábeis intermediárias, demonstrados a seguir:

	Instâncias	Ativo			
		30/06/2013	31/12/2012	Depósito Judicial	
				30/06/2013	31/12/2012
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	68	60	87	36
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	93.752	87.679	29	32
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	938	930		
Total		94.758	88.669	116	68

16.1.2.1 Cíveis

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório da usina ou que pretendem majorar indenizações recebidas por conta do citado enchimento, no montante de R\$93.209 em 30 de junho de 2013 (R\$87.505 em 31 de dezembro de 2012).

16.2 Licenças Ambientais

O montante de R\$12.410 em 30 de junho de 2013 (R\$12.945 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorreram contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Assistência médica Lei nº9.656/98	19	19	1.060	957
Previdência Privada - EnerPrev	4			
	23	19	1.060	957

17.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão: Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do período de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e a Companhia administra um plano PGBL contratado este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamento do plano.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no período com R\$43 (R\$19 em 30 de junho de 2012).

Esse plano tem a adesão de 30 colaboradores.

17.2 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício Definido

Em 13 de dezembro de 2012 foi aprovada a deliberação CVM nº 695 que alterou o CPC 33 para versão (R1) com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2013. Deste modo, os custos dos serviços passados passaram a ser reconhecidos integralmente no resultado do período em que ocorrem. A Companhia aplicou retrospectivamente ao exercício de 2011, data em que ocorreu o evento, esta mudança de política contábil baseada no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Companhia, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed, está enquadrado nesta legislação.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 30 de junho de 2013 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações do plano:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	976
Despesa líquida reconhecida no período	106
(Ganho)/Perda Atuarial	(3)
Saldo em 30 de junho de 2013	1.079

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo acumulado de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social transferido de Outros resultados abrangentes para conta Reserva de lucros (Nota 18.3.2) somam em 30 de Junho de 2013 R\$252 (R\$254 em 31 de dezembro de 2012).

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O capital social da Companhia em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 é de R\$804.459, e conforme Estatuto Social a Companhia não possui capital autorizado.

A composição do capital social em 30 de junho de 2013 segue conforme demonstrado a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2012:

	30/06/2013											
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
Acionistas												
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A. Companhia Paranaense de Energia - COPEL	293.608	73,00	186.559	73,00	6.685	41,04	3.764	73,00			490.616	62,39
Fumas Centrais Elétricas S.A.					6.425	39,45					6.425	0,82
Outros					1.650	10,13					1.650	0,21
	402.202	100%	255.560	100%	206	1,25	5.156	100%	71.252	66,47	71.458	9,09
					16.289	100%			107.199	100%	786.406	100%

Em atendimento ao parágrafo 19 do CPC 39, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" foram classificadas como instrumento de dívida por satisfazerem a condição de passivo financeiro, sendo reclassificadas para a rubrica de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida (Nota 13), porém estão apresentadas no quadro anterior para melhor entendimento da destinação do lucro (Nota 18.2).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada período serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- 5% da Reserva legal, que não excederá 20% do Capital social;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
- serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da Reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em períodos anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em períodos anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;
- no período em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do período, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76;
- o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de Administração, poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

	<u>31/12/2012</u>
Lucro líquido apurado	94.117
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(4.706)</u>
	89.411
Destinação do lucro:	<u>89.411</u>
Dividendos intermediários - JSCP	47.911
Dividendo Adicional Proposto	41.500
Quantidade de ações	<u>786.406.270</u>
Dividendos por ação - R\$ - JSCP	<u>0,00006</u>

De acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º alínea B do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

18.2.1 Dividendos

Em 08 de abril de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, a destinação do lucro líquido com distribuição de dividendos no valor de R\$31.751 aos acionistas detentores de ações ordinárias, dividendos no valor de R\$9.748 aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", JSCP no valor de R\$47.911 aos acionistas detentores de ações ordinárias e JSCP no valor de R\$13.940 aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C" referentes ao exercício de 2012 a serem pagos no decorrer do exercício de 2013, sem ajuste, à acionista titular de ações ordinárias da Companhia na data-base da Assembleia Geral Ordinária.

A diferença de R\$440 entre o valor registrado como dividendo a pagar no valor de R\$ 32.191 e o valor registrado em reservas de lucro R\$ 31.751 refere-se ao registro para pagamento de dividendo ao minoritário que é isento de Imposto de Renda na fonte, dessa forma efetuamos o pagamento do valor retido anteriormente.

	<u>Passivo</u>	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lajeado Energia S.A.	52.907	29.729
CEB Lajeado S.A.	14.495	8.145
Paulista Lajeado Energia S.A.	5.074	2.851
Acionistas não controladores	<u>3.045</u>	<u>2.605</u>
Total	<u>75.521</u>	<u>43.330</u>

18.3 Reservas

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações		<u>14.473</u>	<u>14.473</u>
		<u>14.473</u>	<u>14.473</u>
Reservas de lucros			
Reserva legal		26.693	26.693
Retenção de lucros		137.848	128.099
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)		94.569	94.569
Dividendo adicional proposto			41.500
Outras reservas de lucros	18.3.2	<u>(252)</u>	<u>(254)</u>
		<u>258.858</u>	<u>290.607</u>
Total		<u>273.331</u>	<u>305.080</u>

18.3.1 Reservas de capital

O valor de R\$14.473, refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

18.3.2 Outras reservas de lucros

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Acumulado no Período					
	01/01/2013 à 30/06/2013					01/01/2012 à 30/06/2012
	Custo do serviço		Despesas operacionais			
Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis						
Moeda nacional	121				121	1
Encargos de uso da rede elétrica	700				700	686
Taxa de fiscalização				9	9	9
Compensações financeiras				135	135	149
	821	-	-	-	144	965
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		2.547		2.340	4.887	5.700
Material		335		113	448	278
Serviços de terceiros		1.090		4.161	5.251	4.833
Depreciação		17.949		184	18.133	17.142
Amortização		341		61	402	455
Provisão p/créd.liq.duvidosa / perdas líquidas			(11)		(11)	14
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				432	432	161
Aluguéis e arrendamentos				150	150	223
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						562
Outras		48		781	829	935
	-	22.310	(11)	8.222	-	30.521
Total	821	22.310	(11)	8.222	144	31.486

21 Resultado financeiro

	Movimentação do período		Acumulado no Período	
	01/04/2013 à 30/06/2013	01/04/2012 à 30/06/2012	01/01/2013 à 30/06/2013	01/01/2012 à 30/06/2012
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	500	213	517	213
Variações monetárias moeda nacional				1
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	13	12	13	12
Descontos obtidos	2		2	
Outras receitas financeiras	90	54	146	110
	605	279	678	336
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	13	(2.309)	(6.610)	(7.790)
Atualização monetária de licenças ambientais		(56)	(343)	(434)
Ajuste a valor presente - Ações preferenciais	13	(2.972)	(799)	(6.347)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		(247)	(282)	(534)
Atualização monetária contratos de mútuo	21.1		(1.170)	(2.514)
Atualização monetária uso do bem público	15	(476)	(864)	(1.315)
Ajuste a valor presente uso do bem público	15	(436)	(239)	(754)
Benefícios pós-emprego		(25)	(20)	(50)
Outras despesas financeiras		(27)	(40)	(41)
	(6.548)	(10.367)	(13.708)	(14.943)
	(5.943)	(10.088)	(13.030)	(14.607)

21.1 Atualização monetária contratos de mútuo

Os contratos de mútuo com a Controladora direta, Lajeado Energia, e com a Controladora Final, EDP Energias do Brasil foram encerrados em 08 de novembro de 2012, motivo pelo qual não incorremos com a atualização monetária dos contratos de mútuo no ano de 2013, vide nota 9.

22 Imposto de renda e contribuição social

	Movimentação do período				Acumulado no Período			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01/04/2013 à 30/06/2013	01/04/2012 à 30/06/2012	01/04/2013 à 30/06/2013	01/04/2012 à 30/06/2012	01/01/2013 à 30/06/2013	01/01/2012 à 30/06/2012	01/01/2013 à 30/06/2013	01/01/2012 à 30/06/2012
Lucro antes do IRPJ e CSLL	27.104	36.884	27.104	36.884	53.676	81.457	53.676	81.457
Alíquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(6.776)	(9.221)	(2.439)	(3.320)	(13.419)	(20.364)	(4.831)	(7.331)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes								
Multas indedutíveis		2						
Gratificações a administradores		(6)	1	(1)	(4)	(11)	(1)	(3)
(Adição) Reversão de diferenças permanentes		(1.495)		(538)		(1.495)		(538)
Ajustes na DIPJ referente período social anterior		4	1	1	375	4	136	1
Adicional IRPJ	5	6			12	12		
Despesa de IRPJ e CSLL	(6.771)	(10.710)	(2.437)	(3.858)	(13.036)	(21.854)	(4.696)	(7.871)
Alíquota Efetiva	24,98%	29,04%	8,99%	10,46%	24,29%	26,83%	8,75%	9,66%

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os períodos apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

Para o período de divulgação, a Companhia não dispunha de instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2013	2012
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia	35.944	51.732
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	786.406	786.406
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,04571	0,06578
ON	0,02338	0,03364
PNR	0,01485	0,02138
PNA	0,00095	0,00136
PNB	0,00030	0,00043
PNC	0,00623	0,00897

24 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

24.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

24.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	59.937	6.023	59.937	6.023
Concessionárias	575	549	575	549
Cauções e depósitos vinculados		19		19
Rendas a receber	17.624	22.779	17.624	22.779
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	-
	78.136	29.370	78.136	29.370
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.951	4.850	1.951	4.850
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	20.202	11.849	20.202	11.849
Uso do bem público	4.001	3.894	4.001	3.894
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	76.228	73.624	76.228	73.624
Partes relacionadas	88	487	88	487
Uso do bem público	39.646	39.612	39.646	39.612
	142.116	134.316	142.116	134.316

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para Caixa e equivalentes de caixa são aplicadas políticas de risco da administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da instituição financeira. A Companhia apresenta saldo somente em Disponibilidade de caixa.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Na categoria de empréstimos temos constituídas ainda Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" e refere-se à emissão da Companhia, onde de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, contratos de Mútuo e arrendamento, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado, contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

O valor da rubrica Uso do bem público consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP para a Companhia.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	30/06/2013				31/12/2012			
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa		59.937		59.937		6.023		6.023
Rendas a receber	17.624			17.624	22.779			22.779
Concessionárias	575			575	549			549
Cauções e depósitos vinculados			947	947			19	19
	18.199	59.937	947	79.083	23.328	6.023	19	29.370
	30/06/2013	31/12/2012						
		Outros ao custo amortizado	Outros ao custo amortizado					
Passivos financeiros								
Fornecedores		1.951	4.850					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		96.430	85.473					
Partes relacionadas		88	487					
Uso do bem público		43.647	43.506					
		142.116	134.316					

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no período.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no período.

	Mensuração do valor justo		
	30/06/2013	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	59.937	4.421	55.516
	59.937	4.421	55.516
Passivos financeiros			
Uso do bem público	39.646	39.646	-
	39.646	39.646	-

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 30 de junho de 2013 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

24.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Instrumentos financeiros ativos	CDI	3.853	3.853	963	1.926	(963)	(1.926)
		3.853	3.853	963	1.926	(963)	(1.926)

As curvas futuras do indicador financeiro CDI, está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O indicador CDI teve seus intervalos entre 7,75% e 8,75% a.a..

24.4 Risco de liquidez

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), Concessionárias (Nota 5) e Rendas a receber (Nota 6). A Companhia em 30 de junho de 2013 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

24.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

25 Compromissos contratuais e Garantias

25.1 Compromissos contratuais

Em 30 de junho de 2013, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos, os contratos de mútuos e Uso do bem público (que figuram nas informações contábeis intermediárias) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas informações contábeis intermediárias), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

Nota	Total Geral	Até 1 ano	30/06/2013			
			Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Dividas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	13	96.430	20.202	11.154	7.363	57.711
Responsabilidades com locações operacionais		1.140	390	491	259	
Obrigações de compra		18.818	11.344	6.299	1.175	
Uso do bem público		43.647	4.001	6.609	5.912	27.125
Licenças ambientais	16.2	12.410	6.797	5.613		
		172.445	42.734	30.166	14.709	84.836

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas informações contábeis intermediárias, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	30/06/2013	31/12/2012
	Valor	Valor
Aval de acionista	3.821	3.055
Depósito Cauçionado		19
Fiança Bancária	635	635
Garantias em recebíveis	59	59

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Depósito Cauçionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de compra e venda de energia.

Fiança Bancária: É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF.

Garantias em recebíveis: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo – no mínimo cinco anos – destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no comentário de desempenho e nas notas explicativas às informações contábeis intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Investco S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do período correspondente

As Informações Trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao balanço em 31 de dezembro de 2012, demonstração do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2012.

A revisão das demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão sem modificação, antes dos ajustes descritos na Nota 2.3, com data de 19 de julho de 2013. Como parte da nossa revisão das informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2013, revisamos os ajustes nos valores correspondentes dessas

informações contábeis intermediárias de 2012 e não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que tais ajustes não foram efetuados, em todos os aspectos relevantes, de forma apropriada. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre essas informações contábeis intermediárias referentes a 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre essas informações tomados em conjunto.

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota 2.3, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 2 de maio de 2013, sem ressalva, contendo parágrafo de ênfase sobre a possibilidade de mudança do prazo estimado de vida útil para depreciação dos bens do imobilizado de geração de energia no regime de produção independente, considerando-se os fatos e circunstâncias descritos nas correspondentes notas explicativas.

Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esses assuntos.

São Paulo, 23 de julho de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" TO

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6 "S" TO

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, emitiram parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias relativas ao 2º trimestre de 2013, por considerarem que relatam a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 22 de Julho de 2013.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR
Conselheiro Efetivo

EDISON RODRIGUES
Conselheiro Efetivo

YIM KYU LEE
Conselheiro Suplente

MARCO ANTONIO VIEIRA
Conselheiro Efetivo

FLÁVIO SAMUEL DISITZER
Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM 480/2009, declaram que em 19 de julho de 2013, reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia para o período findo em 30.06.2013.

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Paulo Eduardo de Almeida Godoy
Diretor Vice-Presidente

Francisco Toledo Watson
Diretor Vice-Presidente

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti
Diretora Jurídica

José Cherem Pinto
Diretor Vice Presidente de Controle

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora Administrativa e Financeira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM 480/2009, declaram que em 19 de julho de 2013, reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia para o período findo em 30.06.2013, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Paulo Eduardo de Almeida Godoy
Diretor Vice-Presidente

Francisco Toledo Watson
Diretor Vice-Presidente

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti
Diretora Jurídica

José Cherem Pinto
Diretor Vice Presidente de Controle

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora Administrativa e Financeira